**A Experiência da Diversidade Sexual e de Gênero no Pará: espaço público, representações e discursividades**

The Experience of Sexual and Gender Diversity in Pará: public space, representations, and discursivities

Autor: XXXXXXXXX[[1]](#footnote-1)

Coautor: XXXXXXXXX[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O objetivo do artigo é o de refletir sobre a experiência da diversidade sexual e de gênero no Pará, mais especificamente em Belém, a partir de três bases metodológicas: 1) a recensão bibliográfica sobre o tema elaborada na Universidade Federal do Pará, 2) a observação da configuração local do espaço público dos movimentos sociais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais e 3) a análise das representações e discursividades sobre as homossexualidades ali elaboradas.

**Palavras-chave:** Diversidade sexual e de gênero. Espaço Público. Representações. Discursividades. Pará.

**ABSTRACT**

This aim of this article is the analysis of the experience of sexual and gender diversity in the brazilian state of Pará, specially in its capital city, Belém, on the methodological basis of 1) the bibliographical references written by students and researchers of the Federal University of Pará, 2) the observation of the local configuration of the public space of the LGBT social movements, and 3) the interpretation of the social representations and the discursivities on homosexualities locally elaborated.

**Keywords:** Sexual and gender diversity. Public Space. Representations. Discursivities. Pará.

INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de caracterização das práticas, experiências e vivências da diversidade sexual e de gênero no Pará deve levar em consideração, inicialmente, o que Peter Fry observou e relatou na década de 1970 (FRY, 1982a; 1982b); em seguida, o que foi produzido sobre o assunto e os temas correlatos entre as datas das publicações dos escritos pioneiros de Fry e as primeiras décadas de 2000; e, enfim, o que se atualiza nos dias de hoje, levando-se em consideração essa particular relação entre sociabilidade e ativismo já detectada por Fry em São Paulo na virada das décadas de 1970 para 1980[[3]](#footnote-3). Fry só teria podido perceber as particularidades e as singularidades das experiências da diversidade sexual e de gênero no Brasil porque teve a oportunidade de comparar dois contextos sociais tão distantes um do outro: o da metrópole amazônica, Belém, e o da megalópole nacional, São Paulo. Apresentaremos a seguir os resultados preliminares de nossas pesquisas em Belém. As pesquisas foram iniciadas com o foco nos espaços públicos das experiências da diversidade sexual e de gênero (como os espaços de sociabilidade, as instâncias de atuação do ativismo e da militância de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) e as instituições governamentais de garantia de direitos), a partir das pesquisas e relatos já produzidos sobre o assunto por pesquisadores, estudantes e ativistas/militantes e desembocaram nas representações acerca da homossexualidade por parte de pessoas que se autodefinem como heterossexuais na região metropolitana da capital paraense.

OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

A pesquisa de campo etnográfica que gerou o artigo seminal de Peter Fry intitulado “Homossexualidade Masculina e Cultos Afro-Brasileiros” e publicado inicialmente em inglês sob a forma de comunicação apresentada em congresso, completou quarenta anos em 2014 (FRY, 1982a). A pesquisa partiu dos questionamentos apresentados por Ruth Landes trinta anos antes, publicados em seu polêmico artigo “Matriarcado Cultual e Homossexualidade Masculina” (LANDES, 1967). A pesquisa de Fry foi realizada em locais de “cultos de possessão afro-brasileira” na cidade de Belém, capital do Pará (FRY, 1982a: 54). Nessa pesquisa, Fry inferiu sobre a relação entre homossexualidade e religiosidade, propondo um esboço do que chamaria de sistema de representação hierárquico da sexualidade masculina, comum em cidades do Norte e Nordeste brasileiros, assim como nas periferias dos grandes centros urbanos industrializados do Sul e do Sudeste.

 A questão seria aprofundada pelo autor em seu artigo intitulado “Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”, onde Peter Fry (1982b) avançou que o estudo dos sistemas de representações sobre a sexualidade *masculina* contribuiria para o estudo da sociedade brasileira como um todo, já que os sistemas de representações são produzidos num contexto político. Analisando o “que as pessoas dizem que fazem e o que acham que deveria ser feito” no tocante à sexualidade (Fry 1982b: 88 e 89), o autor identificou alguns modelos a partir da articulação entre sexo fisiológico (“atributos físicos que distinguem machos e fêmeas”, p. 89), papel de gênero (referentes “ao comportamento, aos traços de personalidade e às expectativas sociais associadas normalmente ao *papel* masculino ou feminino”, pp. 90 e 91), comportamento sexual (“comportamento sexual esperado de uma determinada identidade”, p. 91, como atividade e passividade) e orientação sexual (“sexo fisiológico do objeto de desejo sexual”, p. 91, ou seja, homossexual, heterossexual ou bissexual).

O autor desembocou em dois grandes modelos ou sistemas de classificação (paradigmas?): por um lado, o *modelo hierárquico*, que dividiria o mundo em “homens” e “bichas” e, por outro, um *modelo* mais simétrico ou *igualitário*, que dividiria o mundo em homossexuais, homens heterossexuais e bissexuais. Enquanto o primeiro modelo encontrava sua origem na história colonial brasileira e seria, no momento da escrita do artigo, “bastante hegemônico nas classes mais baixas e no interior do país” (Ibidem: 93), o segundo modelo, por sua vez, era oriundo do sistema médico-científico que produzia a “condição homossexual” e era alastrado pelas camadas médias urbanas dos grandes centros brasileiros, representando a modernidade e a vanguarda em termos comportamentais. Os movimentos políticos homossexuais das décadas de 1970 e 1980 no Brasil se serviam do segundo modelo, segundo Fry, o que estaria gerando, naquele momento, uma tensão (política) entre as tendências identitárias dos movimentos e as experiências homossexuais efetivas (mais próximas do modelo hierárquico)[[4]](#footnote-4).

Os estudos instituidores de uma nova abordagem das (homo)sexualidades de Fry, realizados e publicados nas décadas de 1970 e 1980, aparecem no mesmo momento em que os movimentos homossexuais brasileiros estão se estruturando, assim como outros movimentos sociais – dentre os quais, o feminista – baseados na igualdade de direitos de indivíduos, movimentos que, segundo o autor, “são constitutivos do processo de diferenciação da sociedade brasileira e surgem da experiência social dessas camadas da classe média em formação” (FRY, 1982b: 110). Segundo MacRae (1982), confirmado por Perlongher (1987), o movimento homossexual brasileiro surgiu e deu seus primeiros passos nos espaços boêmios de sociabilidade chamados àquela altura de “guetos”, compostos, principalmente, de bares e boates que permitiam aos seus frequentadores maior segurança contra a repressão policial ou agressões dos que não concordavam com o comportamento homossexual nos idos das décadas de 1960 e 1970 em São Paulo. Os “guetos” também tiveram um papel primordial para que muitos homossexuais se assumissem, mesmo que o ato de se assumir fosse muitas vezes escondido da sociedade em geral e apenas revelado em momentos de euforia nos espaços de sociabilidade homossexual, para outros homossexuais, que muitas vezes experimentavam a mesma vivência.

Se anteriormente havia uma separação entre os espaços de sociabilidade e de militância, conforme evidenciado por França (2007), em 1990 começa a se desenhar a união entre esses dois espaços e é nesse momento que as paradas do “Orgulho LGBT” se tornam instrumentos importantes para visibilizar esses sujeitos, ressaltar seu orgulho e ecoar suas vozes e demandas. Assim sendo, o “gueto” deixa de ser o único espaço de pertencimento e liberdade para os indivíduos chamados a partir de então de “LGBTs”, que passam a ocupar os mais diversos espaços sociais, nas mais diversas regiões. O que aconteceu em Belém, no Pará, entre o período da pesquisa de campo de Fry, na década de 1970, a expansão dos movimentos homossexuais, na década de 1990, e os dias de hoje?

RESULTADOS: O ESPAÇO PÚBLICO

Percebe-se que, embora Fry tenha iniciado os estudos sobre homossexualidade no Brasil pela capital paraense, pouco (ou nada?) foi escrito sobre o assunto na região amazônica até a década de 1990. Nos jornais cotidianos locais de Belém, tanto n’*O Liberal*, quanto no *Diário do Pará*, verificou-se uma ausência quase total desta temática ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 – os poucos relatos aparecem geralmente nos cadernos policiais. Com o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais de Telma Amaral Gonçalves, da Universidade Federal do Pará, UFPA, intitulado “Homossexualidade – Representações, Preconceitos e Discriminação em Belém”, defendido em 1989, sob a orientação de Maria Angélica Motta-Maués, tem-se um reinício de interesse pela temática na região.

Em seguida, foram defendidos outros Trabalhos de Conclusão de Curso, sempre no curso de Ciências Sociais da UFPA, tratando de temáticas relativas às homossexualidades, tais como:

1. “Algumas Contribuições Educacionais da Homossexualidade sobre o Caráter Psicosocial”, de Laodicéia Corrêa Pinto, em 1995;

2. “Homossexualidade: História, Vida e Luta”, de Maria das Graças dos Santos Brito, em 2000;

3. “Desmistificando os ‘Balaios de Gatos’: a Heterogeneidade Homossexual”, de Fabrício Rodrigo Silva de Araújo, em 2004; e

4. “O Movimento Homossexual em Belém do Pará: uma aproximação à luz da experiência do Grupo Homossexual do Pará”, de Maria Jeane da Silva Cavalcante, em 2005.

Buscando nos periódicos de Antropologia publicados no Pará, assim como nos trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação (monografias, dissertações e teses) do estado, defendidos entre os anos de 1994 a 2004, foi encontrada a dissertação de Mestrado intitulada “ ‘Tribos Urbanas’ em Belém: *Drag Queens* – Rainhas ou Dragões?”, de Izabela Jatene de Souza, defendida em 1997 junto ao curso de Mestrado em Antropologia da UFPA, sob a orientação de Maria Angela d’Incao.

Ampliando a pesquisa para outros Departamentos, Institutos e cursos da UFPA, foram encontrados alguns trabalhos de dissertação de Mestrado, ainda muito isolados uns dos outros (e nenhuma tese de doutorado). São as dissertações de:

1. Rubens da Silva Ferreira, no curso de Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, defendida em 2003 sob a orientação de Lígia Simonian, com o título “As ‘Bonecas’ da Pista no Horizonte da Cidadania: uma Jornada no Cotidiano Travesti em Belém”;

2. Aline Beckmann Meneses, do curso de Psicologia – Teoria e Pesquisa do Comportamento, defendida em 2005 sob a orientação de Marcus Bentes de Carvalho Neto com o título “Análise da Investigação dos Determinantes do Comportamento Homossexual Humano”; e

3. Eli do Socorro Pinheiro Teixeira, do curso de Serviço Social, defendida em 2007 sob a orientação de Maria Antônia Cardoso Nascimento com o título “Demandas Homoeróticas e Adoção em Belém”.

Esse *corpus* de Trabalhos de Conclusão de Curso e de Dissertações de Mestrado se tornou o marco na literatura acadêmica paraense sobre alguns aspectos da experiência da diversidade sexual e de gênero, mais precisamente sobre as sociabilidades homossexuais locais, nas décadas de 1990 e 2000.

A partir da criação do Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual – *Grupo Orquídeas*, em 2007, na UFPA, e principalmente após a realização do VI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual, ENUDS, em 2008, também na UFPA, observa-se um certo incremento na produção acadêmica sobre a temática no Pará, particularmente na UFPA, notadamente tendo como autores alguns membros do Grupo Orquídeas.

Assim, têm-se os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação a seguir:

1. “Criminalização de Práticas Discriminatórias: Respeito aos Direitos Fundamentais no Combate à Homofobia”, de Samuel Luiz de Souza Junior, do curso de Bacharelado em Direito da UFPA, defendido em 2008;

2. “Gênero e Homossexualidade: Compreensão a partir dos Discursos de Enfermeiros(as) Docentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Belém”, de Osmar de Souza Reis Junior, do curso de Enfermagem da UFPA, defendido em 2009;

3. “As Experiências das Mulheres que Perpassam suas Práticas Sexuais pela Homossexualidade frente à Existência ou não de Preconceito por parte de Profissionais da Área da Saúde”, de Francielle da Silva Quaresma, também do curso de Enfermagem, defendido em 2009;

4. “Transexualidade e Direito: Rediscutindo Gênero pela Perspectiva dos Direitos Humanos”, de Diogo Souza Monteiro, do curso de Bacharelado em Direito, defendido em 2009;

5. “Autopercepção em Travestis da Cidade de Belém”, de Warlington Luz Lobo, do curso de Bacharelado em Psicologia, defendido em 2009;

6. “Conjugalidades Homossexuais na Mídia Televisiva: o Discurso Midiático Pautando as Relações Homoconjugais Expostas no Seriado *Queer as Folk*”, de Ramon Pereira dos Reis, do curso de Ciências Sociais, defendido em 2010;

7. “Brasil e Portugal: o reconhecimento da homoconjugalidade”, de Elane de Farias Pantoja, também do curso de Ciências Sociais, defendido em 2010;

8. “O que Ainda Precisa Ser Dito: um “mergulho” nas histórias de vida de parceiros homossexuais de Belém do Pará”, de Elayne de Nazaré Almeida dos Santos, do curso de Ciências Sociais, defendido em 2010; e

9. “Digressões Homossociais – A (Micro) Política do Armário Ajudando a Construir um Ethos LGBT”, de Milton Ribeiro da Silva Filho, do curso de Ciências Sociais, defendido em 2010.

A partir da década de 2010, muitos jovens pesquisadores paraenses partem para instituições de ensino superior da região Sudeste para cursar a pós-graduação, em níveis de Mestrado e/ou Doutorado, abordando as temáticas da diversidade sexual e de gênero no Pará. Essas viagens foram possibilitadas em parte por intercâmbios firmados entre os Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, num primeiro momento e, depois, em Antropologia, sobretudo com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, através de um convênio do tipo PROCAD.

Nos dias de hoje, pode-se perceber uma forte efervescência de práticas (de pesquisa e de ativismo politico) que questionam o padrão heteronormativo ou a heterossexualidade compulsória (RICH, 1983; BUTLER, 1990) enquanto poderoso sistema ideológico ou sistema cultural, a partir de sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, com todas as peculiaridades que o contexto sociocultural e histórico compõe. Motivado por e motivando esse fenômeno, os movimentos sociais vinculados aos direitos sexuais e os intelectuais afeitos à temática colocam cada vez mais questões visando desestabilizar a normatização de condutas que encerram essas experiências e, logo, interpelar a “analítica da normalização” (MISKOLCI, 2009), ou seja, a forma como as fronteiras da diferença são constituídas ou a maneira como se dá a construção de padrões que regulam a vida dos sujeitos em suas práticas cotidianas.

A história dos movimentos sociais de homossexuais em Belém costuma ser associada à criação do primeiro grupo, o Movimento Homossexual de Belém, MHB, em 1990. Mas, é preciso remontar à década de 1970, quando Peter Fry fazia pesquisas na cidade, para se entender a formação do contexto que proporcionará o surgimento dos movimentos sociais de homossexuais das década de 1990 e sua pulverização na década de 2000, contribuindo para a interpelação da “analítica da normalização” na região.

Na década de 1970, surgiu, por iniciativa do produtor cultural Elói Iglesias, juntamente com artistas, intelectuais e jornalistas, uma série de atividades que dariam visibilidade às manifestações homossexuais, servindo de espaços de reivindicações e de discussões políticas. Trata-se daqueles sujeitos que estiveram à frente da Festa da Chiquita, que hoje é conhecida nacionalmente como tendo sido um importante palco de reivindicações políticas e culturais na capital paraense nas décadas de 1970 e 1980. A Festa é um evento-símbolo do “orgulho gay” em Belém desde sua primeira edição, em 1976, quando levou às ruas intelectuais, boêmios e homossexuais em celebração ao Círio de Nazaré, a tricentenária festa religiosa católica local. Homens travestidos e a entrega do prêmio “Veado de Ouro” à personalidade mais atuante da cidade (do ponto de vista dos organizadores homossexuais) davam o tom da Festa que crescia quase que à revelia do maior evento católico do país. Atualmente, a Festa da Chiquita se firma como um grande espetáculo que atrai anualmente cerca de 40 mil pessoas, de acordo com os organizadores. Acabou entrando para a história como uma das mais irreverentes celebrações do calendário religioso brasileiro, sobretudo quando, em 2004, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, incluiu a Festa da Chiquita no processo de registro do Círio como patrimônio imaterial brasileiro[[5]](#footnote-5). Como pensar os movimentos sociais LGBTs em Belém diante de uma festa como essa, tão peculiar?[[6]](#footnote-6)

Pensar em movimentos sociais de homossexuais traz à tona um emaranhado de palavras que foram aderindo à categoria ao longo do tempo – racionalidade, autonomia, espontaneidade, transformação social, identidade, carências coletivas, solidariedade, comunidade, aprofundamento da democracia – bem como uma série de classificações e caracterizações que tentam dar conta da variedade empírica e das mudanças conjunturais das ações coletivas: movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais, movimentos sociais contemporâneos, antigos movimentos sociais, movimentos baseados na luta de classes, movimentos alternativos, movimentos gays, movimentos libertários, associações civis, ONGs, redes de movimentos sociais, campos ético-políticos. Outros termos ainda vinculam-se à atribuição de um sentido a essas ações políticas: atores políticos, sujeitos coletivos, sociedade civil, terceiro setor (FACCHINI, 2005).

É importante salientar que essas questões referentes aos movimentos sociais e suas diversas dimensões se fizeram presentes ao longo da história e foram se fortificando principalmente por causa das constantes lutas que se efetivaram em razão dos direitos negados. Assim, percebe-se a complexidade que se coloca para uma tentativa de análise dos movimentos sociais, principalmente em contextos regionais brasileiros diferenciados.

O Movimento Homossexual de Belém, MHB, tem sua origem em meados dos anos 1990. Suas constantes lutas e reivindicações representavam a necessidade que os militantes àquela época tinham em “mostrar à sociedade que eles também eram cidadãos e precisavam ser reconhecidos como tais”, como nos foi colocado por uma travesti em sua fala num evento preparativo para a Parada do Orgulho de 2015. Na pesquisa realizada por Simões e Facchini (2009), o movimento político que surgiu no final dos anos 1970 não foi o primeiro esforço de articulação de pessoas em torno de interesses comuns às homossexualidades no Brasil. Segundo eles, desde os anos 1950, ou até mesmo antes, havia nas grandes cidades brasileiras formas de associação dedicadas à sociabilidade, à diversão e à paródia, aglutinando principalmente homens, que promoviam eventos como concursos de miss, shows de travestis e desfiles de fantasia. James Green (2000a) corrobora com esta versão ao apontar concursos gays durante o carnaval carioca no início do século XX, assim como Fabiano Gontijo (2009) afirma a ampla participação de homossexuais neste evento festivo nacional ao longo do último século. Além dessas práticas de sociabilidade, eram ainda distribuídos pequenos jornais feitos artesanalmente, como o *Snob*, veiculado na década de 1960 no Rio de Janeiro, assim como várias publicações semelhantes em outras cidades. O representante mais conhecido deste período foi o jornal *O Lampião da Esquina*, já na década de 1970 (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No início do primeiro mandato de Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Plano Plurianual 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa *Direitos Humanos, Direitos de Todos*, a ação denominada de Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais, efetivada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos através do *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Em 2008, foi instalado no Pará o Programa *Pará sem Homofobia*, que levou à criação da Coordenadoria de Proteção à Livre Orientação Sexual da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos e à implementação do Centro de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia do Pará da Defensoria Pública do Estado do Pará, assim como o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual, a Delegacia de Crimes Discriminatórios e o Conselho Estadual de Diversidade Sexual do Governo do Pará.

Esses programas e órgãos se juntaram ao Movimento LGBT do Pará, à Associação pela Livre Expressão Sexual de Ananindeua, à Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros do Pará, ao Grupo Homossexual do Pará, ao Movimento Homossexual de Belém, ao Grupo de Cidadania, Orgulho e Respeito (COR), ao Grupo Orquídeas - Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual, ao Instituto ELOS, ao Grupo Homossexual de Santarém (GHS), ao Sempre Viva, à Associação dos Homossexuais de Bragança (AHB), ao Grupo Diversidade de Castanhal (GDC), ao Grupo Igualdade e Respeito, ao Grupo Homossexual da Transamazônica e Xingu (GHTX), à Associação LGBT de Tucuruí (ALGBTUC), ao Grupo Pela Livre Orientação Sexual (APOLO), ao Grupo Homossexual de Igarapé-Miri (GHIM), ao Grupo IDEM (Igualdade para Todos), ao Grupo Atitude LGBT de Marabá, ao Consciência LGBT – Marabá, ao Grupo Cultural dos Timbiras, ao GREEN GAYS, ao Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da Amazônia (GRETTA), ao Grupo de Homossexuais Tupi – Afrodite, ao Grupo Homossexual de Marituba (GHM), ao Grupo Tribus – Educomunicação, Saúde e Sexualidade, à Associação Lésbica do Estado do Pará (ALESPA), ao Grupo Arco Íris da Vila da Barca – Belém, ao Grupo Prisma – Benevides, ao SOL – Sexualidade Organizada e Livre – Grupo LGBT de Icoaraci e Outeiro, ao Instituto Abraço à Diversidade – Parauapebas, ao Movimento LGBT de Santa Bárbara do Pará, à Associação de Lésbicas e Gays de Soure (AGLESS), ao Grupo Homossexual de Mosqueiro, entre outros, configurando, juntos, as instituições voltadas para a promoção da visibilidade, do reconhecimento e de direitos de sujeitos homossexuais no Pará.

Assim, fica claro que, em Belém, os movimentos sociais são confundidos, num primeiro momento, com manifestações culturais, como a Festa da Chiquita, o que pode ser uma marca local interessante para se compreender a configuração dos movimentos sociais no Brasil. Em seguida, na segunda metade da década de 2000, os movimentos se institucionalizam, sobretudo a partir do Programa Brasil Sem Homofobia e das políticas locais de promoção da cidadania homossexual, época marcada pelas grandes paradas da diversidade sexual na capital e em diversas cidades do interior, assim como pelo aumento da produção acadêmica sobre a temática homossexual na região, como apresentado mais acima. Enfim, paralelamente a essa movimentação, há um incremento – diretamente ligado ao desenvolvimento dos movimentos sociais LGBTs – do número e de opções de espaços de sociabilidade frequentados por sujeitos homossexuais, sobretudo a partir do final da década de 2000 e durante a primeira metade dessa década de 2010. Tudo isso parece configurar o que Arendt chamou de “espaço público” – aqui, o das homossexualidades em Belém (ARENDT, 2004).

Mas, agora que já delineamos os contornos da organização da experiência homossexual em Belém, o que se sabe sobre como os sujeitos que se autodefinem como heterossexuais se representam as experiências homossexuais? As respostas a essa pergunta contribuirão para indicar os “níveis” do preconceito e da discriminação por orientação sexual em Belém.

RESULTADOS: AS REPRESENTAÇÕES E AS DISCURSIVIDADES

Para trazer os primeiros subsídios para responder à questão acima, foi realizada uma pesquisa por questionário para quantificar algumas informações sobre as representações e discursividades acerca da homossexualidade (FOUCAULT, 2007), o preconceito e a discriminação ao longo da primeira metade de 2015. Quantificar informações em Ciências Humanas é sempre uma tarefa das mais perigosas, já que a tentativa de quantificação de informações adquiridas por meio do discurso emitido em situação de entrevista parte do pressuposto de que uma parcela da informação (certamente, a mais valiosa) será perdida somente pelo fato de ter sido quantificada. Sendo assim, foi levado em consideração aqui o fato de que as informações quantificadas retratam muito parcialmente a realidade dos sujeitos e de suas experiências, servindo apenas para indicar grandes tendências ou vagas representações acerca do tema em questão.

Foram aplicados cerca de 200 questionários junto a pessoas não-acompanhadas, em locais diversificados e em períodos diferenciados do dia. Os questionários acabaram sendo mais ou menos representativos da população belemense no que diz respeito ao rendimento per capita e à escolaridade, embora não tenham sido aplicados testes rigorosos de representatividade para os fins dessa pesquisa iniciante. Essas variáveis “sociológicas” – renda e escolaridade –, juntamente com outras, como idade, religião, cor/raça e bairro de residência, serviram para a interpretação das informações, ainda que se tenha que ter em mente que a pesquisa não usou os melhores recursos de tratamento de informações quantitativas existentes nos dias de hoje, por falta de tempo disponível para tal.

Os dados referentes às variáveis aqui chamadas de “sociológicas” foram cruzados com aqueles referentes a um conjunto de perguntas que tinham por objetivo detectar como as pessoas entrevistadas consideravam a homossexualidade, tais como se elas conheciam alguma pessoa homossexual, se tinham algum parente próximo ou amigo íntimo homossexual, se achavam que a homossexualidade era pecado, crime, doença ou sem-vergonhice, se aceitariam que seu filho/a fosse homossexual ou que o/a médico/a da família, o/a professor/a do/a filho/a, o/a comerciante do bairro, o/a cantor/a preferido/a ou o/a prefeito/a fosse homossexual.

A imensa maioria dos entrevistados conhecia pelo menos uma pessoa homossexual (96,8%), sendo que 74,7% tinham um/a amigo/a íntimo/a ou um/a parente/a próximo/a que reconheciam como sendo homossexual, apesar de muitas vezes evidenciada certa distância em relação e esse/a parente/a ou amigo/a. Ainda assim, quase 26% dos entrevistados não aceitariam ter um/a filho/a homossexual – contra 62,0% dos que aceitariam ter um/a filho/a homossexual –, ao passo que 86,7% não consideravam como um problema que o/a professor/a do/a filho/a seja homossexual, 81,0% não consideravam como um problema que o/a médico/a de família seja homossexual, 89,2% não consideravam como um problema que o/a comerciante das proximidades seja homossexual e 81,6% não consideravam como um problema que o/a cantor/a preferido/a seja homossexual. Assim, percebe-se que havia sempre uma ampla maioria aceitando a homossexualidade dos “outros”, ainda que quando se tratava do/a próprio/a filho/a, essa maioria fosse mais limitada, devido à proximidade do ente familiar. Mesmo assim, parecia haver um ambiente, *em termos discursivos e representacionais*, de aceitação da homossexualidade.

No entanto, quando se cruzam esses dados com algumas variáveis aqui chamadas de “sociológicas”, percebe-se, por exemplo, que os sujeitos que se declararam católicos pareciam aceitar com mais facilidade que o/a filho/a fosse homossexual, ao passo que os que se declararam evangélicos tinham mais restrição quanto à aceitação. Isso se verificou ainda no que dizia respeito ao/à professor/a, ao/à médico/a de família, ao/à comerciante e ao/à cantor preferido. As religiões evangélicas citadas geralmente foram as neopentecostais e sabe-se que essas formas religiosas exercem maior controle sobre as questões morais do que o catolicismo, o espiritismo, a umbanda e o budismo – outras formas religiosas citadas pelos entrevistados.

Percebe-se, ainda, uma leve diferença entre a aceitação da homossexualidade desses sujeitos por parte dos entrevistados em relação à renda e à escolaridade: os de renda menos elevada e os de menor escolaridade pareciam aceitar mais a homossexualidade desses sujeitos, ainda que as diferenças em relação aos entrevistados de rendas mais elevadas e de maior escolaridade fossem muito pequenas. A exceção está nos dados sobre a aceitação do/a filho/a homossexual: os entrevistados de rendas menos elevadas e escolaridade menor pareciam menos tolerantes.

Para a maioria dos entrevistados, homossexualidade não era sem-vergonhice (60,1%), doença (73,4%), nem crime (96,2%), ainda que fosse percebida como pecado por quase a metade dos sujeitos (48,1%). Assim, quando se tratava de um saber ou conhecimento técnico (doença ou crime), parecia haver um certo consenso acerca da homossexualidade, mas quando se tratava de saber ou conhecimento moral (sem-vergonhice e pecado), haveria margem para julgamento e os sujeitos avaliavam de acordo com o regime moral no qual se inseriam predominantemente: para os mais religiosos, homossexualidade era pecado, para os menos religiosos, podia ser sem-vergonhice.

A escolaridade parecia “proteger” do discurso intolerante, assim como a renda: quanto maior a escolaridade e a renda, maior a tendência a declarar que a homossexualidade não era sem-vergonhice, doença, nem crime. Quanto a considerar a homossexualidade como pecado, percebeu-se, ainda que muito sutilmente, que a tendência se repetia: os mais escolarizados e de maior renda eram também os que tendiam a não considerar a homossexualidade como pecado.

Assim, o primeiro conjunto de perguntas – sobre a aceitação do/a filho/a homossexual, o/a médico/a de família, o/a professor/a do/a filho/a, o/a comerciante e o cantor/a homossexuais –, trataria do *capital social* dos sujeitos, ou seja, das relações que os sujeitos tinham e a maneira como as administravam, enquanto o segundo conjunto de perguntas – sobre se a homossexualidade era pecado, crime, sem-vergonhice ou doença –, trataria do *capital cultural*, ou seja, dos conhecimentos e saberes que os sujeitos tinham (BOURDIEU, 1979). Assim, não seria difícil entender que no primeiro conjunto de perguntas houvesse aparentemente uma maior aceitação dos sujeitos menos escolarizados e de menor renda em relação às pessoas homossexuais que estavam em seu contexto cotidiano de vida, ainda que elas não soubessem com toda a certeza se essas pessoas eram doentes ou criminosas ou sem-vergonhas ou pecaminosas, ao passo que as pessoas mais escolarizadas e de maior renda tendiam a não considerar a homossexualidade como pecado, crime, doença ou sem-vergonhice, mas tendiam a “discriminar” mais, no cotidiano de suas vidas, os sujeitos homossexuais. No entanto, vale lembrar que as diferenças observadas no primeiro grupo de respostas em relação à escolaridade e à renda foram muito pequenas e sutis.

Não se pode afirmar, entretanto, que as camadas superiores (sujeitos com mais títulos escolares e maiores rendas), assim como os não-evangélicos e os mais jovens, tendiam a aceitar mais a homossexualidade do que as camadas inferiores (sujeitos com menos títulos escolares e menores rendas), os evangélicos e os mais velhos. Parece que se está diante de diferentes regimes morais – ou de diferentes modalidades de um mesmo regime moral hegemônico? – que levam a representações diferenciadas acerca da própria “aceitação”.

Assim, aceitavam-se mais as *pessoas* homossexuais quando se era pertencente às camadas inferiores, ainda que se rejeitasse o *conceito* de homossexualidade – os homossexuais eram aceitos porque eram seres humanos e devia-se aceitar todo e qualquer ser humano. Ou, por outro lado, aceitava-se mais o *conceito* de homossexualidade quando se era pertencente às camadas superiores, ainda que se rejeitasse a *pessoa* homossexual – principalmente aquela que fugia do padrão ideal heteronormativo de gay/masculinizado e lésbica/afeminada. A pesquisa qualitativa (em andamento) ajudará a confirmar essas análises.

Uma pergunta emblemática: “você aceitaria que homossexuais se beijassem em público?” Respostas também emblemáticas: ainda que a imensa maioria dos entrevistados conhecesse pelo menos um/a homossexual e tivesse um/a parente/a próximo/a ou um/a amigo/a íntimo/a homossexual, 55,7% deles não aceitariam o beijo em público, contra 40,5% favoráveis e 3,8% não responderam. As camadas superiores pareciam aceitar com mais facilidade, o que confirmaria a interpretação aqui sugerida sobre a maneira como essas camadas lidavam com o *conceito* de homossexualidade ou com o *capital cultural*, na tentativa de serem consideradas mais tolerantes, logo, mais *modernas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS PERSPECTIVAS

Se considerarmos o gênero, junto com Butler (1990), como um sistema de regras, convenções, normas sociais e práticas institucionais que produzem *performativamente* os sujeitos que pretende descrever, percebemos que não se *tem* ou *é* um certo gênero – masculino ou feminino –, mas trata-se de um conjunto de atos que são repetidos no interior de uma matriz heteronormativa. Performativamente, os indivíduos se tornam sujeitos porque “sujeitados”, por meio de formações discursivas (FOUCAULT, 1984), a esse aparato de poder representado pela heteronormatividade (BUTLER, 1990). Institui-se, segundo Butler, a continuidade entre sexo/gênero/prática sexual/desejo, o que implica na afirmação de que o desejo e a prática sexual decorrem *naturalmente* do gênero e do sexo.

Ainda segundo Butler, a construção dessa continuidade ou coerência oculta as descontinuidades presentes tanto em contextos heterossexuais quanto nos homossexuais. O poder, ao circular, entrelaça os sujeitos em múltiplas e complexas relações, operando na classificação e imposição de normas, dentre as quais a que cria o efeito de continuidade entre sexo/gênero/prática sexual/desejo. Para Butler, recorrendo a Foucault, essa continuidade não é algo evidente, mas se torna uma *categoria normativa*, um *ideal regulatório*. Isso quer dizer que não é algo natural e estático, mas existiria, portanto, “*um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas*” (BUTLER, 2001: 154). A *materialização* não é dada, mas construída e, por essa razão, as normas precisam ser constantemente reiteradas. Os corpos nunca se conformam totalmente a essa materialização imposta e é precisamente isso o que vem sendo um interessante objeto de estudo de uma Antropologia da sexualidade nos dias de hoje (FAUSTO-STERLING, 2000).

Questionar e interpelar a heteronormatividade levaram às “teorias queer” ou aos “estudos queer”, que têm na interseccionalidade um de seus preceitos teóricos e metodológicos (JAGOSE, 1996; PISCITELLI, 2008, 2012). Segundo Miskolci, “Não é mais garantido que a sexualidade seja o eixo principal de processos sociais que marcaram e ainda moldam as relações sociais, mas, ao contrário, emerge a ideia de um ponto nodal de intersecções de diferenças” (MISKOLCI, 2009: 160). Ou seja, vem se configurando uma proposta de estudo em que o gênero e a sexualidade continuam importantes para analisarmos experiências de sujeitos que fogem da norma heterossexual, mas que aponta para outros marcadores sociais da diferença que também devem ser levados em consideração para que se possa entender como diferentes formas de opressão se relacionam de forma igualitária, e não mais hierarquizante. Refletir sobre como as experiências generificadas, racializadas, etnicizadas, geracionais, sexuais, religiosas, de classe e regionais tomam formas próprias que não podem ser analisadas de forma autônoma do contexto nacional e global de diferenciação, de desigualdade e de “normalização” (FOUCAULT, 1988) em que se inserem, eis o desafio que se coloca para o entendimento das configurações da diversidade sexual e de gênero na Amazônia (GONTIJO, 2015).

É precisamente nesse contexto de produtivas contestações, de intensas críticas à heteronormatividade e de fecundas propostas de novos modelos identitários que se desenvolve um amplo processo de visibilização das experiências homossexuais materializado através dos espaços de sociabilidade e das instituições voltadas para os direitos de sujeitos homossexuais, como se pode perceber em Belém.

Belém, 23 de abril de 2016.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, F.R.S. **Desmistificando os ‘Balaios de Gatos’:** a Heterogeneidade Homossexual**.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2004,

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Seuil, 1979.

BRITO, M.G. **Homossexualidade:** História, Vida e Luta**.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2000.

BUTLER, J. **Gender Trouble:** feminism and the subversion of the identity. Nova Iorque: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira. (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CAVALCANTE, M.J.S. **O Movimento Homossexual em Belém do Pará:** uma aproximação à luz da experiência do Grupo Homossexual do Pará. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2005.

FACCHINI, R. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, 10, 18/19, 2003, p. 81-124.

FERREIRA, R.S. **As ‘Bonecas’ da Pista no Horizonte da Cidadania:** uma Jornada no Cotidiano Travesti em Belém. (Dissertação de Mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2003.

FOUCAULT, M. Deux Essais sur le Sujet et le Pouvoir. In: Hubert, D. & Rabinow, P. (orgs.). **Michel Foucault, Un Parcours Philosophique**. Paris: Gallimard, 1984, p. 297-321.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2007

FRANÇA, I.L. Identidades coletivas, consumo e política: A aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, 13, 28, 2007, p. 289-311.

FRY, P. Homossexualidade Masculina e Cultos Afro-Brasileiros. In: Fry, P. **Para Inglês Ver:** identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982a, p. 54-86.

\_\_\_\_\_\_. Da hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: Fry, P. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira**.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982b, p. 87-115.

FRY, P.; MacRAE, E. **O Que é Homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GONÇALVES, T.A. **Homossexualidade – Representações, Preconceitos e Discriminação em Belém.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 1989.

GONTIJO, F. **O Rei Momo e o Arco-Íris:** carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação? **Vivência**, 45,1, 2015, p. 145-158.

GREEN, J. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.São Paulo, Unesp, 2000a.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “Mais Amor e Mais Tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu***,* 15, 2000b, p. 271-295.

JAGOSE, A. **Queer Theory –** an introduction. NOVA York: New York University Press, 1996.

LANDES, R. Matriarcado Cultual e Homossexualidade Masculina. In: Landes, R. *A* **Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LOBO, W.L. **Autopercepção em Travestis da Cidade de Belém.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Pará 2009.

MacRAE, E. Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas. In: MacRae, E. & Eulálio, A. (orgs.). **Caminhos Cruzados***.* São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-111.

MENESES, A.B. **Análise da Investigação dos Determinantes do Comportamento Homossexual Humano.** (Dissertação de Mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, 2005.

MISKOLCI, S. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologia**, 11, 21, 2009, p. 150-182.

MONTEIRO, D.S. **Transexualidade e Direito:** Rediscutindo Gênero pela Perspectiva dos Direitos Humanos. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, 2009.

PATOJA, E.F. **Brasil e Portugal:** o reconhecimento da homoconjugalidade. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2010.

PERLONGHER, N. **O Negócio do Michê:** prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO, L.C. **Algumas Contribuições Educacionais da Homossexualidade sobre o Caráter Psicossocial. (**Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 1995.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, Categorias de Articulação e Experiências de Migrantes Brasileiras. **Sociedade e Cultura**, 2008, 11, 2, p. 263-274.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, Direitos Humanos e Vítimas. In: Miskolci, R., Pelúcio, L. (orgs.). **Discursos Fora da Ordem:** sexualidades, saberes e direitos*.* São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012, p. 199-226.

QUARESMA, F.S. **As Experiências das Mulheres que Perpassam suas Práticas Sexuais pela Homossexualidade frente à Existência ou não de Preconceito por parte de Profissionais da Área da Saúde.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Pará, 2009.

REIS, R.P. **Conjugalidades Homossexuais na Mídia Televisiva**: o discurso midiático pautando as relações homoconjugais expostas no seriado *Queer as Folk*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2010.

REIS JÚNIOR, O.S. **Gênero e Homossexualidade:** Compreensão a partir dos Discursos de Enfermeiros(as) Docentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Belém. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Pará, 2009.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience. In: Snitow, A.; Stansel, C.; Thompson, S. (orgs.). **Powers of Desire – The Politics of Sexuality**. Nova York: Monthly Review Press, 1983, p. 177-205.

SANTOS, E.N.A**. O que Ainda Precisa Ser Dito: um “mergulho” nas histórias de vida de parceiros homossexuais de Belém do Pará**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2010.

SILVA FILHO, M.R. **Digressões Homossociais –** A (Micro) Política do Armário Ajudando a Construir um Ethos LGBT. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2010.

SIMÕES, J.; FACCHINI, **Na trilha do arco íris:** Do movimento homossexual ao LGBT.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, I.J. ‘**Tribos Urbanas’ em Belém:** *Drag Queens* – Rainhas ou Dragões? (Dissertação de Mestrado). Belém: Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 1997.

SOUZA JÚNIOR, S.L. **Criminalização de Práticas Discriminatórias:** Respeito aos Direitos Fundamentais no Combate à Homofobia. (Trabalho de Conclusão de Curso). Belém: Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, de Samuel Luiz de Souza Junior, 2008.

TEIXEIRA, E.S.P. **Demandas Homoeróticas e Adoção em Belém.** (Dissertação de Mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2007.

1. Doutor em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Professor de Antropologia (Associado III), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. [↑](#footnote-ref-1)
2. Bacharelando em Antropologia, Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Bolsista de Iniciação Científica, CNPq. [↑](#footnote-ref-2)
3. Agradecemos às bolsistas de Iniciação Científica Mayara Rodrigues Costa e Giovanna da Silva Piani Godinho, ambas graduandas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, e a José Luiz Franco, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, pelas importantes contribuições. Agradecemos ainda ao CNPq, pelas bolsas de Produtividade em Pesquisa (Fabiano de Souza Gontijo) e de Iniciação Científica (Igor Erick) que viabilizaram a pesquisa para a produção desse artigo. [↑](#footnote-ref-3)
4. A respeito da história dos movimentos e dessas tensões, vale citar os textos de Mac Rae (1982), Green (2000b) e Facchini (2003). [↑](#footnote-ref-4)
5. Curiosamente, a Prefeitura de Belém, quando do registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural da cidade, em 2015, preferiu não inserir a Festa da Chiquita como um dos elementos do conjunto ritual – Segundo Elói Iglesias, por preconceito (veja, na edição de 28/06/2015, do Diário do Pará Online, a matéria “Chiquita é Barrada na Festa do Círio”: http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-335325-chiquita-e-barrada-na-festa-do-cirio.html) [↑](#footnote-ref-5)
6. Além de uma tese de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA, de autoria de Milton Ribeiro da Silva Filho, a Festa da Chiquita foi objeto de um documentário lançado em 2006 e dirigido por Priscilla Brasil, com o título de “As Filhas da Chiquita” (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=7Cu\_mt2SXBc). [↑](#footnote-ref-6)